



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
12ª REGIÃO

SIMULADO ESPECIAL

TRT SC

**Analista Judiciário
Área Judiciária e Oficial de
Justiça Avaliador
Pós-Edital - Banca: FCC**

Simulado

Simulado TRT SC - Analista Judiciário - Área Judiciária e Oficial de Justiça Avaliador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TRT SC - Analista Judiciário - Área Judiciária e Oficial de Justiça;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-AJ-OJA-02-09>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

Curiosidade sobre a origem do Dia do Farmacêutico

A origem do Dia do Farmacêutico ocorreu no ano de 1941, quando foi discutida pela primeira vez a possibilidade da criação de um dia para homenagear os farmacêuticos, quando o então farmacêutico Dr. Oto Serpa Grandado questionou a criação da data comemorativa durante uma reunião na Associação Brasileira de Farmacêuticos (ABF) em 7 de janeiro de 1941.

Durante a reunião da qual participava, fez o seguinte questionamento: “Todas as profissões têm o seu dia, data especial para comemorar o ideal abraçado. Por que não temos o nosso ‘Dia’?”

Foi a partir dessa sugestão que surgiu a primeira proposta de criação da data comemorativa.

Porém, foi apenas no dia 23 de março de 2007 que foi aprovada pela ABF, por meio da Resolução nº 460, a data de 20 de janeiro como o Dia do Farmacêutico, data esta escolhida por ser exatamente o dia da fundação da Associação Brasileira de Farmacêuticos (ABF), que ocorreu no dia 20 de janeiro de 1916.

Porém, a oficialização da data somente ocorreu em 2010 com a aprovação da Lei nº 12.338, que tornou o dia 20 de janeiro o Dia do Farmacêutico em todo o território brasileiro.

(Internet)

01. De acordo com o texto, é possível afirmar que:

- a) a primeira comemoração do Dia do Farmacêutico ocorreu em 7 de janeiro de 1941.
- b) a data de 20 de janeiro foi definida como o Dia do Farmacêutico por ser a mesma da fundação da Associação Brasileira de Farmacêuticos.
- c) a data de 20 de janeiro foi escolhida em memória do farmacêutico Dr. Oto Serpa Grandado.
- d) o Dia do Farmacêutico foi aprovado e oficializado no dia 23 de março de 2010.
- e) a primeira comemoração do Dia do Farmacêutico ocorreu em 20 de janeiro de 1916.

02. Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

- a) O culto à ignorância e à xenofobia é o responsável atualmente por esta situação deplorável, que encerra a população local na bolha impenetrável de seus interesses e valores particulares.
- b) As cidades podem ser classificadas a partir de seu grau de influência econômica e também política. Nesse sentido, leva-se em conta os mais diversos índices, como renda per capita, Produto Interno Bruto, índice populacional etc.
- c) Encrementar a participação política é um desafio constante para a sociedade brasileira, uma vez que há estratégias de controle político que aparelham muitos órgãos públicos.
- d) A soberania dos cidadãos dotados de plenos direitos era imprescindível para a existência da cidade-estado. Segundo os regimes políticos, a proporção desses cidadãos em relação à população total dos homens livres podia variar muito, sendo bastante pequena nas aristocracias e oligarquias e maior nas democracias.
- e) Além da finalidade puramente comercial, as *fake news* podem ser usadas apenas para criar boatos e reforçar um pensamento, por meio de mentiras e da disseminação de ódio.

03. Considere:

Resgatar essa apreciação estética é importante para os estudos da História da Arte.

Manifestam muitos sintomas depois da contaminação.

Compreender suas manias é fator de longevidade do relacionamento afetivo.

Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

- a) a resgatar - manifestam-lhes - as compreender
- b) lhe resgatar - os manifestam - compreendê-las
- c) resgatar-lhe - manifestam-nos - compreender-lhes
- d) resgatá-la - lhes manifestam - lhes compreender
- e) resgatá-la - manifestam-nos - compreendê-las

04. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- a) Necessitam-se de ajuda.
- b) Tratam-se de situações difíceis.
- c) Alugam-se casas na praia.
- d) Fazem cinco meses que eles viajaram.
- e) Difundi-se muitos discursos de ódio pela internet.

05. A expressão a que preenche adequadamente a lacuna da seguinte frase:

- a) Os princípios morais e éticos os cidadãos são submetidos norteiam a convivência em sociedade.
- b) Muitos são os cidadãos vão beneficiar-se dos programas sociais.
- c) Educação de boa qualidade é quase tão essencial quanto a pureza do ar aspiramos.
- d) A influência exercem os jovens entre si colabora para formação de vínculos entre eles.
- e) As inscrições nas cavernas mostram como eram os sistemas pictográficos se propagavam nas antigas civilizações.

06. O esperado é que ele proceda conforme o combinado.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o verbo grifado acima está em

- a) a menos que não fosse trovão e sim rojão
- b) não há mais aquela casa antiga
- c) da próxima vez, que ele beba menos.
- d) justamente ele que era uma pessoa tão carismática
- e) faça agora!

07. O sinal indicativo de crase pode ser corretamente suprimido em:

- a) Está à espera de atendimento há horas.
- b) Os empregados não renunciaram às reivindicações.
- c) Vamos à Bahia semana que vem.
- d) Preferimos o cinema à televisão.
- e) Nada agrada à Maria.

08. A frase em que ambos os elementos sublinhados exercem a função de núcleo do sujeito é:

- a) Os manifestantes acamparam na frente da sede do governo.
- b) Eu admirava o garoto que amava os animais.
- c) Os museus são uma invenção moderna.
- d) Não é justo que ele pague por um crime que não cometeu.
- e) Parecia que as paredes tinham ouvido.

09. Sobre a pontuação dos trechos a seguir, considere:

I. Mantêm-se a correção e o sentido alterando-se a pontuação da frase: “Jô Soares, que foi apresentador, é um grande ator, humorista, escritor e crítico musical” para: “Jô Soares que foi apresentador é um grande ator, humorista, escritor e crítico musical”.

II. Os dois-pontos não podem ser suprimidos em: “Art. 1º A República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.”

III. Sem pressa, caminhamos pelas ruas do Centro até chegar ao cruzamento mais famoso: da Av. Ipiranga com a São João” pode-se suprimir a vírgula imediatamente após pressa.

Está correto o que consta em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, apenas.

10. “Após a separação, não lhe restava alternativa a não ser reconstruir a vida”

O elemento que possui a mesma função sintática do sublinhado acima se encontra também sublinhado em:

- a) Meu sobrinho nasceu em São Paulo.
- b) Auschwitz foi um campo de concentração nazista.
- c) Como disse o poeta, a vida é pra valer.
- d) havia uma surpresa para ela.
- e) O governador mudou de planos.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Em um torneio de xadrez, há 50 mulheres e 37 homens inscritos. As mulheres só jogam entre si e os homens também só jogam entre si. Em cada partida, o(a.) perdedor(a.) é eliminado(a.) do torneio. Não há empates. Ao final do torneio, tem-se uma campeã e um campeão.

Não havendo desistências, o número total de partidas para que sejam definidos o campeão e a campeã é:

- a) 82;
- b) 85;
- c) 86;
- d) 88;
- e) 90.

12. Cinco meninas, Juliana, Kelly, Lúcia, Mônica e Onny, apostaram uma corrida. Sabe-se que Juliana chegou antes de Mônica e Lúcia, Mônica chegou antes de Onny, Kelly chegou antes de Juliana, e Onny não foi a última a chegar. Dessa forma, entre as cinco amigas citadas, a quarta a chegar foi

- a) Juliana
- b) Kelly
- c) Lúcia
- d) Mônica
- e) Onny

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEI N° 8.112/1990*Fabiano Pereira*

16. No tocante à prescrição no contexto da ação disciplinar, a lei n.º 8.112/1990 determina que

- a) A ação disciplinar relativa a violações puníveis com suspensão e advertência prescreve em dois anos;
- b) A iniciação de sindicância não paralisa a prescrição;
- c) A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição;
- d) Infrações sujeitas à demissão são imprescritíveis;
- e) A contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data em que o fato foi praticado.

17. Determinado servidor público federal sofreu penalidade de demissão após o término de um processo disciplinar. Todavia, ele busca a revisão da decisão emitida, devido à presença de fatos novos, supervenientes ao julgamento e que evidenciam a incoerência da punição imposta. Com esse objetivo, o servidor requereu a revisão do processo disciplinar. Segundo as disposições da lei n.º 8.112/90, o processo revisional

- a) Não contará com comissão para a condução do caso, ao contrário do que ocorre no processo disciplinar em que é constituída uma comissão formada por três servidores estáveis;
- b) Prosseguirá nos mesmos autos do processo disciplinar inicial;
- c) Terá seu veredicto emitido no limite de quinze dias a partir da recepção do processo;
- d) Traz o ônus da prova partilhada, isto é, tanto requerente quanto a Administração Pública devem reunir elementos para demonstrar a inadequação da punição aplicada;
- e) Será decidido pela mesma autoridade que impôs a sanção.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

18. Considere os seguintes Desembargadores do Trabalho:

Júlio, atualmente com 56 anos, foi nomeado no dia 20 de julho de 2001 e empossado dia 1º de agosto. Entrou em exercício no dia 10 de agosto de 2001;

Maria, atualmente com 52 anos, foi nomeada dia 21 de julho de 2001 e empossada dia 5 de agosto. Entrou em exercício no dia 7 de agosto de 2001;

Jonas, atualmente 64 anos, foi nomeado dia 27 de julho de 2003 e empossado dia 10 de agosto. Entrou em exercício no dia 27 de agosto de 2003.

Marcos, atualmente com 67 anos, foi nomeado dia 12 de janeiro de 2002 e empossado dia 24 de janeiro. Entrou em exercício dia 10 de fevereiro de 2002;

Marta, atualmente com 53 anos, foi nomeada dia 19 de julho de 2001 e empossada dia 5 de agosto de. Entrou e em exercício no dia o dia 7 de agosto de 2001.

À luz do Regimento Interno do TRT-SC, o Desembargador do Trabalho mais antigo é:

- a) Júlio
- b) Maria
- c) Jonas
- d) Marcos
- e) Marta

19. João, servidor do Tribunal Regional do Trabalho fica confuso sobre a distribuição de processos em casos de aposentadoria de Desembargadores do Trabalho. Qual é a norma correta?

- a) Os Desembargadores participam da distribuição até o último dia antes da aposentadoria.
- b) O Juiz Titular de Vara é convocado para receber a distribuição e atuar nos órgãos julgadores dos quais o titular faz parte, nos 60 dias que antecedem a aposentadoria compulsória dos Desembargadores.
- c) Os Desembargadores estão isentos da distribuição durante todo o processo de aposentadoria.
- d) A distribuição é feita normalmente, independentemente do status de aposentadoria do Desembargador.
- e) A distribuição é suspensa apenas na hipótese de aposentadoria voluntária.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 400/2021*André Rocha*

20. Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.
- b) A coleta seletiva solidária é a coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- c) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) devem ser avaliados pela unidade de sustentabilidade, pelo menos uma vez ao ano.
- d) A Comissão Gestora do PLS deve propor a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 anos.
- e) A Comissão Gestora do PLS deverá ser presidida por um(a) magistrado(a) e composta por, no mínimo, 5 (cinco) servidores(as) titulares de unidade, abrangendo, necessariamente, as áreas de gestão estratégica, sustentabilidade e compras ou aquisições.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

21. No âmbito da Classificação da Normas constitucionais quanto à sua eficácia, o direito de greve dos servidores públicos civis, previsto no art. 37, VII da CF88:

- a) é uma norma constitucional de eficácia plena.
- b) é uma norma constitucional de eficácia contida.
- c) é uma norma constitucional de eficácia limitada.
- d) é uma norma constitucional de eficácia programática.
- e) é uma norma constitucional e eficácia redutível.

22. Maria Perpétua é cidadã brasileira, moradora do Campeche, leste da Ilha de Santa Catarina. Inconformada com a ação de uma grande construtora, que desmatou uma área de preservação permanente (APP), na qual ainda existia uma nascente, resolve provocar o controle judicial da Administração Pública. No caso em tela:

- a) Maria Perpétua poderá ingressar com um Mandado de Segurança Coletivo.
- b) Maria Perpétua poderá encaminhar uma denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado.
- c) Maria Perpétua poderá organizar protestos no âmbito do seu direito de reunião, mas não poderá provocar o Poder Judiciário.
- d) Maria Perpétua poderá ingressar com uma Ação Popular, mas terá que pagar custas e despesas processuais.
- e) Maria Perpétua poderá ingressar com uma Ação Popular, sendo isenta de custas e despesas processuais, pois age de boa fé.

23. Conforme previsto no art. 7º da CF88, aos trabalhadores urbanos e rurais é assegurado a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até

- a) 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.
- b) 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- d) 4 (quatro) anos de idade em creches e pré-escolas.
- e) 3 (três) anos de idade em creches e pré-escolas.

24. De acordo com a competência do Poder Judiciário prevista na CF88, processar e julgar os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, é uma competência.

- a) originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) originária do Superior Tribunal de Justiça.
- c) recursal do Superior Tribunal de Justiça.
- d) recursal do Supremo Tribunal Federal.
- e) originária do Superior Tribunal Militar.

25. De acordo com a competência do Poder Judiciário, processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho:

- a) é uma competência da Justiça Federal.
- b) é uma competência da Justiça Estadual local.
- c) é uma competência da Justiça do Trabalho.
- d) é uma competência originária do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) é uma competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

26. De acordo com o disposto na CF88, legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais é uma competência:

- a) de interesse local dos municípios.
- b) privativa da União.
- c) concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- e) exclusiva da União e indelegável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. Após investigação apurada pelo Ministério Público de Santa Catarina, a instituição verificou que Maria Cecília, prefeita do município de Florianópolis, divulgou um boletim informativo, financiado por verbas públicas, incluindo nomes, emblemas e representações visuais de sua administração, com o evidente propósito de impulsionar sua imagem para as futuras votações.

Dado o comportamento da prefeita, é correto afirmar que ela desrespeita, de maneira mais acentuada, o princípio administrativo da

- a) Autotutela;
- b) Proporcionalidade;
- c) Eficiência;
- d) Impessoalidade;
- e) Razoabilidade.

28. A doutrina do Direito Administrativo segmenta a ação do poder de polícia em quatro ciclos, sendo o último reconhecido como sanção de polícia. Essa penalização surge da imposição de medidas punitivas quando o particular deixa de cumprir um regulamento estipulado pelo Estado, como ocorre nos casos de multas e interrupções de obras. De acordo com a doutrina, esse último momento, chamado de sanção de polícia, é:

- a) Indelegável a empresas particulares que atuem fora do âmbito da Administração Pública;
- b) Não passível de delegação à pessoa jurídica de direito privado, devido à sua conexão com a autoridade administrativa do Estado;
- c) Insuscetível de delegação para pessoa jurídica de direito privado, em razão de ser uma função de poder estatal;
- d) Passível de delegação a quaisquer entidades de direito privado, pois está associada ao controle administrativo estatal;
- e) Exclusivo de pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração Pública brasileira.

29. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista;
- b) O foro judicial da Sociedade de Economia Mista Federal, quando na condição de ré em ações judiciais, deverá tramitar na Justiça Estadual;
- c) Todos aqueles que possuem créditos a receber de autarquias deverão promover a cobrança no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de prescrição;
- d) Atualmente, caso as Empresas Públicas desejem realizar uma licitação, estarão obrigadas a observar somente as regras previstas na Lei n.º 14.133/21;
- e) As Fundações Públicas de Direito Privado são criadas por lei específica.

30. Amanda Rodrigues, advogada que representa uma entidade governamental regional, foi solicitada por um dos gestores da instituição a elaborar uma opinião acerca da viabilidade de formalizar um contrato na esfera de apoio à indústria criativa. De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, que aborda a categorização dos atos administrativos quanto aos seus efeitos, o parecer subscrito por Amanda é classificado como ato administrativo:

- a) Declaratório, que tem o poder de afetar uma relação jurídica ao declarar, modificar ou extinguir direitos;
- b) Constitutivo, que tem o poder de modificar uma relação jurídica existente, seja criando novos direitos, alterando direitos existentes ou extinguindo direitos previamente estabelecidos;
- c) Enunciativo, que se baseia em um julgamento de valor, mas que ainda depende de outros atos decisórios para ser efetivado;
- d) Não autoexecutório, que não pode ser executado até que seja aprovado pela maioria dos membros da diretoria-geral;
- e) Revogável, que se caracteriza por poder ser revogado somente pela autoridade solicitante, caso não concorde com seu conteúdo.

31. Laura Colombo, Governadora do Estado de Santa Catarina, provém de uma família influente associada à companhia privada Colombo Construtora, que já estabeleceu diversas parcerias com o Estado ao longo de mais de cinco décadas de atuação no mercado. Após surgirem sinais de que Laura cometeu atos de improbidade administrativa em seu segundo mandato, relacionados a licitações fraudulentas em projetos por toda a região, o cidadão Leonardo formalizou uma denúncia contra a Governadora perante o Ministério Público do Estado.

De acordo com a lei de improbidade administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92), qual das alternativas abaixo é correta?

- a) Leonardo, por ser cidadão, não tem legitimidade para representar o caso às autoridades competentes, tendo apenas o Ministério Público de Santa Catarina o direito de abrir inquérito;
- b) Para evitar a ocorrência de novos ilícitos, o Ministério Público de Santa Catarina tem o poder de determinar o afastamento de Laura Colombo de suas funções, sem a preservação de sua remuneração;
- c) Caso comprovado enriquecimento ilícito por parte de Laura Colombo, as suas cominações serão, dentre outras, perda de função pública e multa civil equivalente ao valor do dano;
- d) Se Laura Colombo vier a falecer e ficar comprovado que ela causou prejuízos ao erário, seus herdeiros serão responsáveis integralmente pelos danos causados;
- e) É proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Laura Colombo, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida.

32. A Prefeitura de Florianópolis, por intermédio de um processo de licitação, celebrou contrato com a companhia privada Pillar Edificações com o objetivo de construir uma nova ponte que conectasse a ilha de Florianópolis ao Continente. A empresa privada efetuou alterações no valor previsto para o projeto de engenharia, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro no contrato a seu favor.

Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Município de Florianópolis pode ser chamado de:

- a) sobrepreço;
- b) superfaturamento;
- c) super rendimento;
- d) reajustamento;
- e) sobrelucro.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

33. Julgue os itens abaixo:

- I. Os empregados urbanos que laborarem entre as 22 e as 5 horas terão direito a adicional noturno à razão de 25%, a cada hora de trabalho noturna, a qual corresponde a 60 minutos.
- II. Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho não são abrangidos pelo controle de jornada, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.
- III. Os chefes de departamento ou filial, em razão de serem equiparados a gerentes, em geral, não possuem direito ao recebimento de horas extraordinárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

34. Segundo prevê expressamente a CLT, a seguinte utilidade ou parcela NÃO é provida de natureza salarial:

- a) a habitação que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- b) o vestuário que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
- c) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.
- d) gratificações legais.
- e) comissões pagas pelo empregador.

35. Julgue os itens abaixo:

- I. A reversão determinada pelo empregador não é considerada alteração contratual unilateral.
- II. Por força do princípio da intangibilidade salarial, é vedada toda e qualquer espécie de redução do valor dos salários, a exemplo da supressão do pagamento do adicional de insalubridade.
- III. É permitido ao empregador impor ao empregado que passe a laborar em outro estabelecimento de sua empresa, dentro da mesma cidade, mesmo que seja mais distante de sua residência, desde que lhe assegure suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

36. Com relação à jornada de trabalho, analise os itens a seguir:

- I. Se o empregado trabalhar mais de seis horas seguidas sem intervalo, o empregador ficará obrigado a remunerar o intervalo de uma hora não concedido, indenizando-lhe a não concessão com acréscimo de 50% sobre o valor da hora de trabalho do empregado.
- II. Se o empregado trabalhar mais de seis horas diárias e sejam concedidos apenas 50 minutos de intervalo intrajornada, o empregador deve indenizar ao empregado o total de uma hora, com acréscimo de 50%, embora tenha concedido 50 minutos.
- III. Para uma jornada de exatas quatro horas diárias de trabalho, deverá ser concedido intervalo de 15 minutos.

A sequência correta é:

- a) EEE
- b) CCC
- c) ECC
- d) ECE
- e) CEE

37. Analise os itens abaixo à luz das prescrições previstas na legislação e na jurisprudência do TST:

- I. A gratificação natalina deva ser adiantada, à razão de 50%, entre os meses de fevereiro a novembro de cada ano. Para não incorrer em discriminação, o empregador é obrigado a pagar o adiantamento a todos os empregados no mesmo mês.
- II. É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.
- III. O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

38. A Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) prevalecerá sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) troca do dia de feriado, regulamento empresarial e prêmios de incentivo em bens ou serviços.
- b) banco de horas anual e salário mínimo.
- c) trabalho intermitente e normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- d) participação nos lucros ou resultados da empresa e repouso semanal remunerado.
- e) valor nominal do décimo terceiro salário e modalidade do registro da jornada de trabalho.

39. Artêmis, empregada de determinada empresa catarinense, foi contratada para trabalhar em Palhoça. Nos últimos meses, após mútuo acordo entre as partes, a empregada tem trabalhado fora das dependências de seu empregador, embora o teletrabalho não ocorra de modo preponderante.

Nesta hipótese, considerando as regras atualizadas sobre o teletrabalho, é correto afirmar que:

- a) Artêmis é considerada trabalhadora externa.
- b) Artêmis não pode ser considerada teletrabalhadora pois trabalha fora das dependências do empregador de maneira preponderante, inviabilizando a caracterização desta modalidade contratual.
- c) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho não exige previsão expressa no instrumento de contrato individual de trabalho.
- d) As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto poderão ser previstas tacitamente.
- e) o empregador poderá determinar, unilateralmente, seu retorno ao trabalho presencial, concedendo prazo de transição mínimo de quinze dias, sendo certo que, caso Artêmis tenha se mudado com sua família para outra localidade, o empregador não será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippell*

40. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

41. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.

IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

42. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

43. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

44. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.

45. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

46. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, a sequência correta em relação ao prazo e cabimento, nos processos de rito ordinário, para o Recurso Ordinário (RO), o Agravo de Petição (AP) e o Recurso de Revista (RR), respectivamente, é:

- a) (RO) 08 dias, de decisões interlocutórias dos Juízes das Varas; (AP) 10 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT afrontando direta e literalmente a Constituição Federal.
- b) (RO) 05 dias, de sentenças dos Juízes das Varas; (AP) 08 dias, de decisões das turmas contrárias à letra da lei federal; (RR) 08 dias, de qualquer decisão proferida em grau de recurso pelo TRT.
- c) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelo TRT proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- d) (RO) 10 dias, de sentenças dos Juízes nas Varas; (AP) 05 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, se proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- e) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de despachos que denegarem a interposição de recursos; (RR) 08 dias, por contrariedade a orientação jurisprudencial de Tribunal Regional do Trabalho.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

47. Suzana, divorciada há um ano de Paulo, veio a falecer. Suzana tinha como únicos parentes vivos seu tio José e seu sobrinho Breno, filho de seu irmão já falecido, Pedro. Seis meses antes de falecer, Suzana fez testamento público, deixando todos os seus bens para sua amiga Marta. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens de Suzana serão todos de Paulo, visto que estão divorciados há menos de dois anos, sendo reconhecido seu direito sucessório.
- b) Serão herdeiros de Suzana José e Breno, uma vez que são herdeiros necessários, não podendo Suzana dispor de todos os seus bens por testamento.
- c) Marta herdará todos os bens de Suzana, já que esta última não possui herdeiros necessários.
- d) Caso Marta viesse a falecer antes de Suzana, Breno herdaria todos os bens, dado o direito de representação, pois seu pai, Pedro faleceu antes de Suzana e os sobrinhos tem preferência aos tios.
- e) Apenas Breno herdará os bens de Suzana, pois os sobrinhos tem preferência em relação ao tio.

48. Sobre os filhos, é correto afirmar que:

- a) Não é possível a adoção de maiores de 18 anos, visto ser possível somente a adoção de menores.
- b) O reconhecimento do filho pode ser revogado se for feito por testamento.
- c) Qualquer pessoa, que justo interesse tenha, pode contestar a ação de investigação de paternidade ou maternidade.
- d) Os filhos podem ser reconhecidos sem o seu consentimento, podendo impugnar o reconhecimento nos quatro anos que se seguirem após tal reconhecimento.
- e) a ação de investigação de paternidade ou maternidade pode ser constada somente pelos supostos pais.

49. Com relação à hipoteca, é correto o que se afirma em

- a) Podem ser objeto de hipoteca os imóveis e os acessórios dos imóveis conjuntamente com eles, o domínio direto e as estradas de ferro.
- b) É anulável a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- c) O credor da segunda hipoteca poderá executar o imóvel, desde que vencida, mesmo que não tenha vencido a primeira, estando o devedor inadimplente.
- d) Se considera insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.
- e) O adquirente do imóvel hipotecado, mesmo que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, não poderá exonerar-se da hipoteca.

50. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acrescidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação;
- e) todas as alternativas estão corretas.

51. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissivo;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;
- e) inexistente, pois apenas há responsabilidade pelos atos comissivos.

52. Com relação aos contratos de compra e venda, assinale a alternativa correta:

- a) A inexecução do contrato de promessa de compra e venda ou de compra e venda, consubstanciada na ausência de entrega do imóvel na data acordada, acarreta a indenização correspondente à cláusula penal moratória, mas não o pagamento de indenização por lucros cessantes.
- b) Decretada a resolução do contrato de compra e venda de imóvel, com a restituição das parcelas pagas pelo comprador, o retorno das partes ao estado anterior implica o pagamento de indenização pelo tempo em que o comprador ocupou o bem, desde a data em que a posse lhe foi transferida.
- c) É incabível a presunção de prejuízo do promitente comprador a viabilizar a condenação por lucros cessantes pelo descumprimento do prazo para entrega de imóvel objeto de contrato de compromisso de compra e venda ou de compra e venda.
- d) Em caso de rescisão de contrato de compra e venda de imóvel, a correção monetária do valor correspondente às parcelas pagas, para efeitos de restituição, incide a partir da celebração do negócio.
- e) É abusiva a cláusula de cobrança de juros compensatórios incidente em período anterior à entrega das chaves no contrato de promessa de compra e venda ou de compra e venda de imóveis em construção sob o regime de incorporação imobiliária.

53. Sobre os direitos de personalidade, assinale a alternativa correta

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É inválida, mesmo com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, somente se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Assim como não é necessário a autorização para fazer biografia, também não é necessária a autorização para usar o nome alheio em propaganda comercial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

54. A respeito dos princípios inerentes à jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) em obediência ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, em nenhuma hipótese a parte precisará exaurir a via administrativa de solução de conflitos, podendo sempre, desde logo, buscar a solução pela via do Poder Judiciário.
- b) o princípio segundo o qual ninguém será processado senão pela autoridade competente diz respeito à indelegabilidade da jurisdição.
- c) a integração obrigatória à relação jurídico-processual concerne ao princípio da inevitabilidade da jurisdição, gerando o estado de sujeição das partes às decisões jurisdicionais.
- d) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, a intervenção do Judiciário não é obrigatória para que se obtenha o bem da vida pretendido, mostrando-se sempre facultativa essa interferência.
- e) em obediência ao princípio do juiz natural, é defesa a criação de varas especializadas, câmaras especializadas nos tribunais ou foros distritais.

55. A cerca do que estabelece o Código de Processo Civil em relação a penhora, assinale a alternativa correta:

- a) é expressamente vedada a nomeação do executado ou seu representante legal como depositário provisório dos bens constantes da lista elaborada pelo oficial de justiça.
- b) são igualmente impenhoráveis, mesmo que à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
- c) para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de dez por cento.
- d) quando não encontrar bens penhoráveis, somente por expressa determinação judicial, é que o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica.
- e) a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser realizadas por meio eletrônico, desde que obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça.

56. O Código de Processo Civil apresenta alguns meios de impugnação das decisões judiciais. A respeito dos embargos de declaração, assinale a alternativa correta:

- a) Os embargos de declaração serão opostos, em petição dirigida ao julgador com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e estará sujeito a preparo, salvo se a parte demonstrar que tem direito à gratuidade.
- b) Sob pena de não conhecimento, incumbe à parte ratificar os termos do recurso interposto antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração, quando estes forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento recorrido.
- c) Nos Tribunais, os embargos de declaração serão apresentados pelo relator em mesa na sessão subsequente a sua interposição, proferindo o voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, o recurso será incluído em pauta automaticamente.
- d) O tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa, na reiteração de embargos de declaração.
- e) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, sendo vedado ao relator atribuir efeito suspensivo ao recurso aclaratório.

57. A respeito do que trata a Lei 9.099/95 sobre as provas no Juizado Especial, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- b) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência, independentemente de intimação.
- c) Todos os meios de prova valem. Desde que especificados em lei, são hábeis para provar.
- d) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- e) A audiência de instrução e julgamento, por colher provas, somente é presidida por juiz togado, restando ao juiz leigo a audiência de conciliação.

58. Sobre o Mandado de Segurança responda a assertiva correta:

- a) O rito procedimental do mandado de segurança é incompatível com a intervenção de terceiros, ainda que na modalidade de assistência litisconsorcial.
- b) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
- c) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; e a manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.
- d) A ausência de remessa dos autos ao Parquet enseja nulidade processual mesmo se já houver posicionamento sólido do Tribunal.
- e) O mandado de segurança pode ser utilizado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos.

59. A respeito da legislação sobre o mandado de segurança, este assim dispõe que:

- a) Não se concederá mandado de segurança, quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo e de decisão judicial transitada em julgado.
- b) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação, mas a autoridade coatora não tem o direito de recorrer.
- c) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, civis e penais, sem qualquer exceção.
- d) Será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários e a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- e) A legislação proíbe, sem qualquer exceção, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico.

60. A respeito das disposições da Lei de mediação (Lei 13.140/2015), assinale a alternativa correta:

- a) O mediador, no desempenho de sua função, poderá reunir-se com as partes em conjunto, vedado ouvi-las separadamente, ainda que para facilitar o entendimento entre aquelas.
- b) A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, após a aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.
- c) Qualquer pessoa capaz poderá atuar como mediador extrajudicial, se tiver a confiança das partes, independentemente de capacitação, desde que integre conselho, entidade de classe ou associação.
- d) Equipara-se a servidor público, para fins da legislação penal, tanto o mediador quanto as pessoas que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas.
- e) Não se aplica ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

DISCURSIVAS

À medida que o sol se levanta no horizonte, trazendo luz e vida a cada canto do mundo, somos lembrados da beleza e da grandiosidade da natureza que nos cerca. No entanto, também somos confrontados com uma realidade alarmante: a crise ambiental que assola nosso planeta. É tempo de olhar para além das estatísticas e gráficos, e buscar uma transformação profunda em nossa relação com a natureza.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

A CRISE AMBIENTAL E AS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
